

# RENAMO PROMETE ENVIAR NOMES DOS SEUS REPRESENTANTES

A. I. 4

● Dhlakama aceita plano da ONU para acantonamento das forças de ambas as partes

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, prometeu terça-feira enviar no mais curto espaço de tempo possível os nomes dos 16

representantes do seu movimento que vão compor as comissões ainda em falta.

Trata-se das comissões nacionais de Informação (COMINFO), dos Assuntos Policiais (COMPOL) e da Administração Territorial.

Afonso Dhlakama deu estas garantias às Nações Unidas, quando do encontro ocorrido em Maríngué, terça-feira, com o Subsecretário-Geral da ONU para os Assuntos Políticos, James Jonah.

De acordo com o Representante Especial Interino das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, «esta posição vai permitir flexibilizar os mecanismos previstos para a implementação do Acordo Geral de Paz».

Em entrevista ao nosso Jornal, aquele destacado funcionário das Nações Unidas sublinhou num balanço provisório sobre a digressão de James Jonah que «pode-se depreender que a visita foi extremamente profícua», pois resultou num maior conhecimento das linhas de pensamento dos principais actores activos domésticos, nomeadamente o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

«Ele (James Jonah) teve uma clara visão da situação e apurou que as duas partes (Governo e Renamo) estão satisfeitas com a forma como o Acordo de Roma está a ser implementado em Moçambique», frisou Aldo Ajello.

Clarificou que o Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Políticos tomou consciência de que tanto Chissano como Dhlakama «desejam ardentemente a paz», e exprimem vontade de vir a colher frutos substanciais da democratização e pacificação do país.

Segundo Aldo Ajello, James Jonah apurou que o povo moçambicano quer e deseja beneficiar da pacificação do país e que as Nações Unidas tudo vão fazer para que essas esperanças não sejam goradas ou derivem nas nefastas consequências do caso angolano.

«O primeiro resultado da flexibilidade da ONU consiste na chegada dos contingentes das Nações Unidas a Moçambique, o que vai incrementar a implementação do Acordo Geral de Paz», referiu o Representante Especial Interino do Secretário-Geral da ONU.

Ajello revelou que Afonso Dhlakama também comunga o desejo do Governo

outras facilidades para o seu «staff» e, particularmente, as medidas de segurança que vão ser adoptadas para a sua protecção.

«Mesmo simbólica, a presença do Presidente da Renamo em Maputo é pertinente», afirmou Ajello.

Acrescentou que as Nações Unidas e outras partes directa e indirectamente envolvidas no processo de paz para

## DHLAKAMA ACEITA PLANO DA ONU PARA CONCENTRAÇÃO DE FORÇAS

Como corolário desta digressão por Maríngué, Afonso Dhlakama aceitou o plano que já havia sido deferido pelo Governo para o acantonamento dos membros do Exército governamental e

país, com idêntico objectivo.

Esta prospeção visa avaliar as necessidades daqueles locais de acantonamento em termos de distribuição de comida, montagem de postos sanitários, construção de habitações, capacidades para fornecimento de vestuário, registo e identificação dos elementos abrangidos.

«Depois desta fase primária, segue-se o acantonamento de facto das tropas de ambos os lados», especificou.

Aldo Ajello recebeu garantias de Afonso Dhlakama segundo as quais o «processo de paz em Moçambique é irreversível» e que «a Renamo não pretende voltar às matas, para tomar o poder pela força, com recurso à força das armas».

«A Renamo não tem intenções de combater o Governo pelas armas, mas sim concorrendo com a Frelimo numa base política», assegurou Aldo Ajello.

## CUSTOS DA UNOMOZ SÃO O PREÇO DA PAZ

Em referência aos custos da Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ), Aldo Ajello revelou que as despesas estão estimadas em cerca de um milhão de dólares americanos por dia (aproximadamente três biliões de metical no câmbio oficial).

Apesar de a UNOMOZ ter recebido o mandato do Conselho de Segurança, através da Resolução 797, o financiamento da operação ainda não está totalmente aprovado. Falta a decisão do «Advisory Committee Administrative and Budgetary Questions», que deverá ter a última palavra — esclareceu Aldo Ajello.

Crê-se que até fins deste trimestre a decisão seja tomada por aquela instância e que a partir daí se eliminem quaisquer constrangimentos financeiros que possam limitar ou impedir a implementação do Acordo Geral de Paz.

A fonte disse que embora a medida não tenha sido publicamente anunciada, as Nações Unidas, no âmbito da UNOMOZ, funciona com um montante que está a cobrir as necessidades pontuais decorrentes da presença do pessoal que já se encontra no país.

«As forças da ONU vêm a Moçambique para estabelecer e fiscalizar a gestão da segurança. Isto implica o controlo da concentração das tropas de ambas as partes, o seu desarmamento, a desmobilização dos efectivos, a sua condução até às terras de origem, a reintegração na vida civil. Isto vai diminuir expectativas de qualquer prognóstico negativo a respeito da ocupação dos desmobilizados», disse.

Sobre os desmobilizados, Aldo Ajello acredita que a sua integração no plano nacional de desminagem vai contribuir para a criação de capacidades empresariais, económicas e administrativas nacionais, pois vão ganhar experiência em operações congêneres, tanto individualmente como formando «joint-ventures» com sectores estrangeiros do sector.



O regresso a Maputo, após visita ao quartel-general da Renamo. Da esquerda para a direita: Aldo Ajello, Carvalho Pensado, Raul Domingos, José de Castro. (Foto de Fellsberto Laice)

e das Nações Unidas para que eles se estabeleça e comece a trabalhar em Maputo, para flexibilização do processo de paz em Moçambique.

Contudo, ainda remanescem questões ligadas à acomodação e

Moçambique estão a procurar encontrar soluções para os problemas adicionais, apresentados por Afonso Dhlakama, por forma a que se lancem pontes para soluções adequadas e duráveis.

dos combatentes da Renamo, que havia sido apresentado pelas Nações às duas partes.

O plano da ONU consta de programa escalonado, de abertura gradual de campos onde estarão criadas as condições para o acolhimento dos elementos armados das partes.

Assim, numa primeira fase, partiu ontem de Maputo uma missão de reconhecimento integrada por «capacetes azuis» e funcionários componentes da Unidade Técnica chefiada pela Cooperação Suíça e incluindo representantes da Comunidade Económica Europeia, (CEE), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Mundial da Saúde para levantamento das zonas em que vão ser acantonadas as tropas de ambas as forças.

Até ao fim-de-semana espera-se que outro grupo faça um périplo pelas províncias centrais e setentrionais do